

Arinapi e Martha: narrativas de Maria Dimpina na revista mato-grossense *A Violeta*¹
Laís Dias Souza da COSTA²
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT

Resumo

Arinapi e Martha eram os pseudônimos utilizados por Maria Dimpina de Arruda Lobo durante o período em que escreveu artigos e crônicas na revista mato-grossense *A Violeta*, que circulou entre 1916 e 1950, aproximadamente. Neste trabalho, considera-se a escrita de Maria Dimpina parte do “objeto da história”, como descreve Paul Ricoeur, inserida em “relações de poder” onde a “personagem” é analisada enquanto sujeito, utilizando o gênero como categoria de análise.

Palavras-chave: Feminismo; Estudos de gênero; História da imprensa; História do jornalismo; Jornalismo.

“D^a Maria Dimpina Lôbo Duarte”. A manchete publicada no dia 18 de dezembro de 1966 que seria destaque na edição número 2784 do jornal *A Cruz*, periódico católico que circulou por quase 70 anos, em Cuiabá, deu lugar a esse nome. As notícias da capa dessa edição foram substituídas por um perfil escrito pelo arcebispo da arquidiocese de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, que destacou a perda “[...] de uma de suas mais ilustres figuras de mulher cuiabana, de antiga têmpera” (*A Cruz*, n.2784, 1966, p.1).

Após o seu falecimento, aos 75 anos, no dia 10 de dezembro, Maria Dimpina foi lembrada no perfil escrito pelo arcebispo como intelectual, mãe e esposa “exemplar”, em especial por ter conduzido um dos quatro filhos ao sacerdócio, “sua maior glória”, de acordo com Dom Orlando. Firmo Pinto Duarte era pároco da Catedral do Senhor Bom Jesus no ano da morte de sua mãe e conduziu a missa de corpo presente, detalhada pelo arcebispo no jornal *A Cruz*. O sepultamento de Maria Dimpina foi considerado um “espetáculo insólito” pelo arcebispo, assistido por membros da igreja católica e da “cuiabania”, representantes das famílias tradicionais nascidos e criados na capital, que disputavam espaço no “sagrado templo [...] apinhado de povo como poucas vezes” (*A Cruz*, n.2784, 1966, p.1).

Ainda no perfil, Dom Orlando Chaves destaca a atuação da cuiabana na diretoria da revista *A Violeta*, periódico do Grêmio Literário “Júlia Lopes”, fundado na capital mato-grossense no mês de dezembro de 1916 que circulou até o ano de 1950, aproximadamente.

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da UFMT, email: laiscosta@gmail.com.

A informação quase se perde entre outros detalhes apresentados sobre Maria Dimpina, mas é por meio deste periódico e de sua atuação como jornalista e normalista que podemos compreender o porquê dessa comoção, após o seu falecimento.

Para isso, serão analisados neste trabalho artigos e crônicas escritos por Maria Dimpina na revista *A Violeta*, algumas contribuições publicadas em jornais locais, além da repercussão de acontecimentos de sua vida, nos âmbitos público e privado, na imprensa de Mato Grosso. O objetivo é analisar a “personagem” enquanto sujeito, utilizando o gênero como categoria de análise para compreender como os meios de comunicação, especialmente jornais e revistas, problematizaram as questões femininas ou reafirmam representações existentes sobre as mulheres, até a metade do século XX. Enquanto jornalista, serão levadas em consideração as características de sua produção, suas interrelações, os contextos em que seus escritos circularam, além dos principais temas e assuntos debatidos por ela.

História por meio da imprensa e representação feminina

É interessante notar a realização de pesquisas utilizando-se como fonte os periódicos mato-grossenses e, mais precisamente, os pertencentes à imprensa feminina, como no caso da revista *A Violeta* e perceber a mudança do “estatuto” de um “objeto” para um “documento”, utilizando o vocabulário de Michel de Certeau (1982). A disponibilidade desses documentos e arquivos se abre como “[...] um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturizada e, portanto, formalizável” (Certeau, 1982, p.20).

Ao folhear a revista é possível perceber a gramatura do papel, as características da impressão ou as marcas da tipografia, mas esses detalhes não garantem, no entanto, o “acesso” ao “passado”, já que este, para Certeau, não é um produto dado, inerte ou finalizado. Pelo contrário, é um “produto” passível de transformação.

Compreender as especificidades da “operação técnica” colocada em prática pelos historiadores e as mudanças advindas de uma “escrita da História *por meio da imprensa*” (Luca, 2010, p.111, grifo da autora), uma prática nova que se difere da “História da imprensa”, de acordo com a historiadora Tania Regina de Luca (2010), é um dos desafios deste trabalho.

A capa do jornal *A Cruz* com o perfil de Maria Dimpina revela algumas características dos jornais e revistas, entre elas, a “seleção” dos assuntos publicados nos

periódicos, que são pinçados de emaranhados de “acontecimentos” advindos do “material mutante” do qual o Jornalismo e a História se alimentam: do “[...] espetáculo das atividades humanas”, para o historiador Marc Bloch (2001, p.44). E, especificamente, do “[...] ser humano, imprevisível e impreciso como é, transmite às ciências que o estudam um tom mercurial, palpitante, inacabado e fecundo”, para o jornalista Alberto Dines (2009, p.43).

No Jornalismo e na História, a “circunstância” também se refere a “tempo” e “espaço”. A jornalista Marialva Barbosa (2007) cita Paul Ricouer (1994) e afirma que “[...] o caráter temporal é o comum da experiência humana” (p.19).

Para ele, só se pode reconhecer o processo temporal porque é narrado. A nossa experiência no mundo se desenvolve no tempo. E através da vida elaboramos, como os meios de comunicação (espécies de síntese da contemporaneidade), textos ficcionais e outros tantos com pretensão à verdade. Como na vida, os textos também são embaralhados. Afinal, nenhum de nós ocupa apenas um lugar no mundo (BARBOSA, 2007, p.19-20).

A pretensão à verdade citada por Marialva Barbosa (2007) é relacionada aos “gêneros plurais” advindos das “[...] inúmeras definições do ato de narrar” (2007, p.19). Ela apresenta

[...] uma dicotomia entre os textos: de um lado os com pretensão à verdade (o discurso da ciência, incluso o da história, e do jornalismo, por exemplo) e de outros as narrativas ficcionais, sejam elas as que utilizam a linguagem escrita (a literatura), sejam as que utilizam a imagem (BARBOSA, 2007, p.19).

A utilização da palavra “pretensão” por Barbosa (2007) dialoga com as objeções feitas pelo historiador José Carlos Reis (2003) quando fala sobre a efetividade da “verdade” na história. Para Reis (2003),

O conhecimento histórico está ligado à época de sua produção, ao presente do historiador, que é sempre novo. Se o presente é sempre novo e reinterpreta de forma nova o passado, a verdade do passado será também sempre nova, pois dominada pela novidade do presente (REIS, 2003, p.151).

Para o historiador Roger Chartier (1988) é impossível falar em representação e desconsiderar o

[...] campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termo de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1988, p.17).

Chartier enfatiza a importância das práticas, enquanto matrizes, na construção de sentidos e produção das representações determinadas de maneira coletiva ou singular. Para as jovens normalistas e mulheres letradas da sociedade mato-grossense que participaram da criação da primeira agremiação cultural feminina, no século XX, a personagem *Inocência*, protagonista do romance escrito por Alfredo d'Escragnolle Taunay – o Visconde de Taunay –, publicado em 1872, não representava mais as mulheres cuiabanas e mato-grossenses.

A donzela “sertaneja” – frágil, virgem, “uma pombinha do céu” – permaneceu por muitas décadas no imaginário dos cidadãos “de fora”, mas não encontrou espaço nas páginas da revista *A Violeta*. Além da reorganização da família, correspondente ao ambiente “íntimo” e “privado” da mulher, as mato-grossenses se organizaram no espaço público e utilizaram a revista *A Violeta* para difundir o feminismo, aproximando-se da “civilização” e dos assuntos discutidos no Brasil e no exterior como o voto feminino.

Na edição número 59 da revista *A Violeta*, de 30 de outubro de 1919, as redatoras fazem referências ao romance de Taunay e afirmam que, se os cidadãos “de fora”

[...] desta cidade já têm a certeza de que nós, cuiabanas, não somos ainda o que foi a *Inocência* de Taunay que representava a alma genuína da matogrossense daquele tempo, poucos também compreendem e sabem que em nossa veia também circula o sangue brasileiro, que também somos alegres... expansivas... e digamos sem fingida modéstia, civilizadas (*A VIOLETA*, nº 59, 1919, p.6).

Sobre a categoria “gênero”, utilizei a definição da historiadora estadunidense Joan Scott (1995), sobre essa “[...] forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (1995, p.88). Essa articulação do poder (ou dos poderes), na visão da historiadora, não é feita a partir de um consenso e nem de uma origem única, e, sim, de processos que se interconectam e podem ser explicados baseando-se no significado.

As mulheres enquanto jornalistas, dotadas de uma escrita, seja ela no período em que o “dom” - considerado uma dádiva ou algo nato - era valorizado ou quando as técnicas foram incorporadas às narrativas, deveriam produzir o “devir-mulher” que teria o efeito semelhante a “[...] átomos de feminilidade capazes de percorrer e de impregnar todo um campo social, e de contaminar os homens, de tomá-los num devir. Partículas muito suaves, mas também duras e obstinadas, irreduzíveis, indomáveis” (1997, p.61).

A imprensa feminina, em especial a que se configurou no início do século XX, constituiu-se de várias escritas singulares, fluídas e paradoxais que não devem ser encaradas com a modéstia reivindicada como “qualidade” ideal por algumas escritoras e jornalistas

daquele período, no qual a revista *A Violeta* está incluída. Ao contrário, procurou-se levar em consideração essas escritas inseridas nas “relações de poder”, como nos diz Michel Foucault (2010), e como “[...] pequenos enfrentamentos, microlutas [...]” (Foucault, 2010, p.231), a partir do momento em que inseriram o feminismo nessas “narrativas”.

Dimpina, Arinapi e Martha

No caso de Maria Dimpina sua primeira “conquista” ou “microluta” apareceu no cotidiano da capital mato-grossense, em 1909, por conta da diplomação, aos 18 anos, como “bacharel” em “Ciências e Letras”, pelo colégio Liceu Cuiabano, em uma cerimônia realizada no dia 13 de junho, no Palácio da Instrução.

No ano seguinte, ela fundou e tornou-se diretora do Colégio São Luiz destinado à alfabetização de crianças de “ambos os sexos”, de acordo com o anúncio publicado em vários jornais da capital nos meses de janeiro e fevereiro de 1910. Naquele período, Cuiabá registrava altos índices de analfabetismo que foram detalhados em dois censos populacionais realizados nos anos de 1890 e 1920³.

A educação pública recebeu atenção especial a partir de 1910, com a realização da Reforma da Instrução Pública em Mato Grosso que resultou na criação de escolas e grupos escolares ou em reformas estruturais das instituições existentes, tanto na capital como em várias cidades do interior.

A instalação da Escola Normal “Pedro Celestino”, no dia 1º de fevereiro de 1911, no Palácio da Instrução, em Cuiabá, efetivou a reforma do ensino público, em Mato Grosso, com a implantação do modelo paulista de sistema educacional, baseado na criação de Grupos Escolares como nova alternativa para a organização da escola primária e aplicação de outras metodologias de ensino.

Para além das disputas políticas e partidárias por “cadeiras” e cargos, algumas estudantes e professoras das Escolas Normal e Modelo utilizaram o espaço escolar e as “redes” de sociabilidade construídas nos primeiros anos de funcionamento dos grupos escolares como uma engrenagem para a formação de uma *intelligentsia* feminina que

³ Em 1920, constatou-se o seguinte: a população havia triplicado em 30 anos. Passou de 9.228 habitantes em 1890 para 33.687 habitantes em 1920. Do total de habitantes da capital em 1920, 21.653 cidadãos não sabiam ler nem escrever, e estes números refletiam a situação educacional da capital: a maioria das escolas de ensino primário – responsáveis pela alfabetização – era particular. As outras, de ensino público, eram pouco frequentadas e não apresentavam condições favoráveis para o funcionamento, entre outros problemas herdados ainda do período imperial.

atuaria também em outros cenários, talvez mais “mundanos”. As duas escolas foram as estruturas dessa “rede”, a partir do instante em que reuniram as “intelectuais”, potencializaram a atuação das mulheres na esfera pública e interferiram diretamente na opinião pública mato-grossense.

Cinco anos após a instalação da Escola Normal, Amélia e Thereza Lobo, irmãs de Maria Dimpina, Maria da Glória Figueiredo e Francisca Figueiredo compartilharam a ideia de criar um jornal com o objetivo de divulgar a criação literária das colegas de trabalho. Apesar dos temores iniciais, a ideia foi bem recebida após a publicação da primeira edição da revista *A Violeta*, em 16 de dezembro de 1916.

O lançamento da revista *A Violeta* marcou a inserção feminina na imprensa mato-grossense e inaugurou a construção de outras representações pelas próprias mulheres, que refutaram algumas características, entre elas de ser “sonhadoras” ao idealizarem a organização da revista e da agremiação literária, que estaria mais próxima de uma utopia, ou de um sonho, na visão dos que duvidavam de sua efetivação.

Na primeira edição da publicação, as redatoras relembram algumas críticas:

Que quer? A mulher não é e não ha de ser sempre sonhadora? O homem vive a dizer que passamos o tempo a construir castellos ficticios do que mesmo a viver... Na verdade era um sonho... De todos os lados começou a surgir-nos obstaculos, que antes permaneciam como que incubados, visto que não incluíamos nas nossas fantasias (*A VIOLETA*, n. 1, 1916, p.7)⁴.

Desde a sua criação, além dos “sonhos” e das “phantasias”, a revista tinha uma função clara:

A “A Violeta” será o orgam do “Gremio Literario Julia Lopes”, organização esta que tem por fim unico e exclusivo, o cultivo das letras femininas e patricias, abrindo as suas columnas a todas que comnosco quizerem colaborar, para o engrandecimento moral da nossa extremecida terra (*A VIOLETA*, n.1, 1916, p.1).

Esse “engrandecimento” foi tema de vários artigos, crônicas e cartas publicadas na revista durante o tempo em que circulou, e estava atrelado não só a “moral” e sim, a uma reflexão mais ampla sobre as relações sociais, a hierarquização dos indivíduos na sociedade e, principalmente, sobre a “questão feminina” quando a identidade e o “papel” das mulheres brasileiras foram redefinidos, nas primeiras décadas do regime republicano.

⁴ Optou-se manter a grafia original para preservar o estilo e a construção narrativa dos textos das redatoras e colaboradoras/colaboradoras d’*A Violeta*.

A *Violeta*, “orgam” do Grêmio “Júlia Lopes”, tornou-se o segundo periódico literário feminino com maior tempo em atividade ininterrupta no Brasil e o principal veículo de divulgação das causas femininas e feministas das mato-grossenses durante o século XX. Além disso, configurou-se como um dos periódicos mais profícuos e relevantes produzidos em Mato Grosso, até a sua extinção, em 1950 aproximadamente, após 34 anos em circulação.

Em toda a existência da revista houve grande variação de colunas e seções, com exceção da “Chronica” e do “Noticiário”. Maria Dimpina é considerada uma das principais cronistas da revista, além de Maria de Arruda Müller. Sob o pseudônimo de “Arinapi”, Dimpina pinçou acontecimentos cotidianos, “as cousas miúdas”, como define o historiador Sidney Chalhoub (2005). Mas, ao contrário do que possa aparentar, as crônicas testemunham os principais acontecimentos da sociedade cuiabana e nos auxiliam a compreender as facetas que a “cousa graúda” – a História – pode ter.

As crônicas acompanham a transitoriedade do cotidiano, mas é evidente a preocupação com a “questão” feminina, e as narrativas cumprem funções variadas que vão desde esclarecer os objetivos da “campanha feminista” a criticar a legislação sobre o divórcio. Percebe-se a inserção das gremistas em debates que iam além das “efemeridades” narradas nas primeiras páginas da revista, já que as cronistas apresentavam “modelos” ou, em outros casos, “normas” de comportamento para as mulheres “civilizadas”.

Parcialmente apresentada ao longo deste trabalho, Maria Dimpina era ativa, inquieta, e reconhecida como uma mulher inteligente, uma intelectual, opinião reafirmada pelo arcebispo Dom Orlando Chaves no perfil. Essas características são descritas na revista *A Violeta* em várias notas comemorativas e em outras ocasiões em que Maria Dimpina atuou como oradora do Grêmio, posto que assumiu “oficialmente” após vários eventos organizados pelo “Júlia Lopes”.

Além de ser a primeira bacharel em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano, Maria Dimpina ingressou “[...] no funcionalismo federal através de concurso para postalista dos Correios e Telégrafos, obtendo o primeiro lugar entre as participantes de todo o Brasil. Foi a primeira mulher funcionária pública do Estado de Mato Grosso”, afirma a pesquisadora Yasmin Nadaf (1993, p.59). Dimpina defendeu o acesso ao funcionalismo público e a educação profissional para as mulheres fervorosamente em publicações e discursos proferidos em eventos organizados pelo Grêmio “Júlia Lopes”.

Em comemoração ao seu aniversário de 1919, no dia 15 de maio, uma nota ocupa as páginas da *A Violeta* e reitera as características apresentadas brevemente acima:

Companheira inseparavel, em todas as nossas lides intellectuaes e materiaes, a sua inquebrantavel acqutividade nos traz novos alentos quando nos sentimos abatidas na pesada tarefa que tomamos sobre os nossos fracos hombros. Redactora e chronista da nossa revista, é a *alma mater* d’*A Violeta*; a sua efficacissima cooperação se faz sentir em todas as secções do nosso jornal. Socia fundadora do Gremio Julia Lopes, muito tem por elle trabalhado, e, ao vel-a incansavel, heroica no seu posto, nós humildes companheiras, nos sentimos ufanas por tel-a sempre ao nosso lado, occupando o lugar de destaque a que tem incontestavel direito (*A VIOLETA*, n.49, 1919, p.12, grifo da redação).

Enquanto jornalista, Dimpina passou a ser conhecida como “[...] Chronista de pulso, [...] collaboradora assidua desta revista em diversas secções e sob diversos pseudonymos” (*A Violeta*, n.167, 1929, p.2), e tinha um “[...] estylo fino, nervoso e originalmente ironico”, como escreve “Chloé” (pseudônimo de Maria Müller), ao convidar Maria Dimpina para responder algumas questões na “Sessão Recreativa” (*A Violeta*, n.17, 1917, p.4). Assinando como Maria Dimpina, Dimpina, M.D, Maria Dimpina Lobo Duarte (nome após casamento com o telegrafista Firmo Duarte), Arinapi e Martha, publicou artigos, crônicas e textos em prosa sobre assuntos variados, tanto na seção “Crônica” como “[...] pelas cartas ficcionais sob o título ‘Correspondência de D. Marta’” (Nadaf, 1993, p.59).

Respondendo aos questionamentos de Chloé, Dimpina disse que tinha “[...] a alma voltada mais a vida da realidade, sou humilde, despida da arte de escrever agradável, tenho emfim os dotes intellectuais inteiramente iguaes ao physico, sem graça” (*A Violeta*, n.18, 1917, p.4).

E continua dizendo,

Vivi sempre afastada das festas e das pompas sociaes, de sorte que sou incapaz de responder-vos com um estylo fino, como dissestes. Dos bondosos leitores peço o perdão; sei que vou empanar o brilho desta secção que d’antes fulgurou com o lampejo de tantas pennas, que sabem exprimir o bello com o bello; e de vós, cara consocia, uma dsculpa e um conselho - para outra vez fazei melhor escolha (*A VIOLETA*, n.18, 1917, p.4-5).

Sobre a pergunta feita por Chloé: “[...] Quaes são as qualidades physicas e moraes que Mlle julga indispensaveis no homem?” (*A Violeta*, n.17, 1917, p.4), Maria Dimpina responde:

[...] Eu podia dizer-vos a respeito do dote physico, por exemplo: gosto de um homem alto, bonito, porte varonil, etc., e mais tarde ser obrigada a elogiar as graças (porque o amor é lisongeiro) dum pygmeo, e então me

seria bem difícil, (dado a natureza do meu temperamento) atirar um desmentido formal, para ser-lhe agradável (*A VIOLETA*, n.18, 1917, p.5-6).

Quanto aos

[...] dotes que moraes que prefiro, são: o gosto para uma das artes seguintes: poesia, pintura ou musica; uma educação esmerada e uma impertinencia para tudo quanto é concernente à familia. O verdadeiro amante das bellas artes é amoroso, tem o espirito elevado e colloca o bello culto intellectual acima da mesquinhez material. [...] O homem que fôr impertinente com a sua familia, sabe tratá-la, sabe zelar, sabe enfim que sendo o lar domestico um templo, elle, o sacerdote, precisa ser digno de penetrar nesse templo para adorar com fé a esposa (que deve ser bôa) e os seus filhos aos quaes deve o culto santo de um bom exemplo (*A VIOLETA*, n.18, 1917, p.6).

Esse trecho, em especial, revela a concepção familiar para Maria Dimpina, que destinava ao homem o “papel” de sacerdote do templo, no entanto, as mulheres também tinham outras “missões”. Para ela, caberia às mulheres “[...] a mais espinhosa das missões humanas - a educação dos sentimentos. Não é necessario ser fóco de sabedoria para ser educada a par do seu sagrado mister” (*A Violeta*, n.1, 1916, p.2), afirma na primeira edição da *A Violeta*, no artigo “A educação da mulher”, publicado sob o pseudônimo “Arinapi”.

Em outro texto intitulado “A verdadeira missão”, Maria Dimpina reitera que “[...] quando todas as mães souberem comprehender que são ellas as melhores mestras teremos o pharol da sciencia illuminando a nossa sociedade, o progresso e a civilização engrandecendo a nossa patria” (*A Violeta*, n.31, 1918, p.4).

Em uma carta publicada na revista na edição n.62, de 25 de dezembro de 1919, Dimpina, enquanto diretora da revista reafirma os objetivos da revista e destaca o protagonismo das mulheres na sociedade brasileira.

Lucto pela existencia da revista porque, si é a mulher aquella a quem cabe grande responsabilidade social como educadora, ella não póde assistir impassivel a lucta de reformas social e physica desta terra bemdicta sem que tambem pudesse dizer ao homem: como a filha carinhosa que assiste inseparavel e boa as luctas paternaes, como a amorosissima esposa que acompanha os trabalhos e as glorias do seu idolatrado esposo com o cerebro e com o coração, assim tambem trabalhei comvosco, quando a nossa cidade e ainda mais a nossa sociedade reclamavam o concurso de seus filhos (*A VIOLETA*, n.62, 1919, p.5).

Dona Martha, pseudônimo utilizado por Dimpina na seção de correspondências, tinha o “estilo” mais informal, já que a carta permite uma escrita mais solta, em tom de conversa, mas recorria aos outros assuntos ligados ao “progresso” da “civilização” de Mato Grosso e da cidade de Cuiabá, até quando tinha pesadelos.

Em uma das epístolas publicadas na revista, a anciã teve insônia “[...] em uma destas quentes noites de Outubro” e recordou

[...] de tantos serviços e idéas em projecto nesta cidade, alguns destes até pelas meninas do Gremio Julia Lopes, como seja a arborisação de ruas, aulas nocturnas, reuniões litterarias de leitura, etc. É verdade, dizia eu, commigo mesma, embalando-me na minha alva rede de algodão livramentense, aqui tudo morre, tudo acaba em principio de vida ou mesmo na casca como alguns pintos que não se sentem com força para romper o envolucro onde se geram e morrem (A *VIOLETA*, n.130, 1925, p.4).

Às seis horas da manhã,

[...] não tinha conseguido despertar-me bem, mas ouvia, meio dormindo, meio acordada, os apitos da hidráulica e da fabrica de sabão e sonhava que ali pertinho de onde eu me achava, no segundo districto, levantava-se uma acreditada fabrica de tecidos de algodão e eu não podia mais aproveitar-me deíla porque, infelizmente, os meus momentos estavam contados, eu ia morrer em consequencia de grave enfermidade. As minhas amiguinhas visitavam-se trazendo-me tecidos bem bonitos da fabrica e eu que não a pudera visitar tive um unico consolo - que a minha mortalha seja de um tecido da fabrica cuiabana! disse já com voz sumida. Já quasi nas ultimas, indago de Maria de Arruda e Maria Dimpina que chegavam afim de tratar de assumptos do Gremio Julia Lopes: - O Dr. Mario Corrêa será a favor da Estrada de Ferro? (A *VIOLETA*, n.130, 1925, p.4-5).

Talvez consciente da referência à obra de Machado de Assis, Martha continua a carta relatando uma experiência similar ao de Brás Cubas com riqueza de detalhes do cenário e até do trajeto fúnebre que a levou ao cemitério do 2º distrito de Cuiabá. Em relação aos escritores e escritoras favoritos, além de Júlia Lopes, Dimpina já tinha citado Olavo Bilac em alguns textos e no questionário publicado na edição nº50, de 15 de junho de 1919, ela cita mais dois: “[...] João do Rio na Alma encantadora das ruas e Raymundo Corrêa no Mal Secreto” (A *Violeta*, n.50, 1919, p.9).

Entre caricias de minhas amiguinhas morri. - A minha sepultura seria no Cemiterio do 2º districto. Contractarem o serviço funerario com o Sr. Tenuta que levou um carro bem arranjadinho. O meu espirito jazia ali-era guarda avançada do meu corpo alquebrado, inerte, sem vida, no caixão mortuario e não sei porque com elle sentia todos os abalos pelas quaes passava o carro. Aquelles solavancos da estrada que ainda é pessima não deixaram que o enterro fosse como desejavam que fosse. E eu tive a vontade de ressuscitar para pedir ao Conorel Néco Moreira mandar concertar aquella estrada em beneficio dos moradores do 2º districto. Um forte abalo na rede acorda-me. Lili a minha trefega sobrinha indagava: “porque tia Martha está a chorar e a fallar dormindo?” Desejo, minha filha, que tem a tua tia, mesmo sonhando, ainda depois de morta talvez, de ver o progresso de Cuiabá! (A *VIOLETA*, n.130, 1925, p.5).

Em suas crônicas, Arinapi não falava só do progresso da cidade, mas das mulheres enquanto sujeitos do processo de “engrandecimento” da “pátria”. A cronista apresentou algumas características “naturais” das mulheres cuiabanas ao vice-presidente do senado federal Antonio Francisco de Azevedo, que esteve em Cuiabá em 1929. Na crônica publicada na edição n.165, de 31 de março de 1929, Dimpina afirma que as gremistas do “Júlia Lopes”, representadas pela revista *A Violeta*, não eram inconscientes ou

(...) esquecidas dos deveres que o nosso sexo impõe, e louca e imprudentemente a reclamar direitos que não nos competem na política. Somos, porem, quasi todas, educadoras – mães ou mestras – com obrigações que a propria sociedade nos impõe e tem o direito de reclamar de nós, qual o de formar os espiritos dos nossos filhos e dos nossos educandos para o engrandecimento da Patria Brasileira, da qual Matto-Grosso é diamante sem mancha, a espera do lapidador laborioso que o faça refulgir na constellação pátria (*A VIOLETA*, n.165, 1929, p.1).

Ainda sobre o “sexo”, Arinapi fala na crônica da edição especial nº 43B, de 25 de dezembro de 1918, sobre a “fraqueza” das mulheres advindas da inexperiência nas “lides” da imprensa, mas cita algumas forças poderosas que contribuíram para o triunfo da agremiação e da revista, como a escritora Júlia Lopes, homenageada nessa edição com a publicação do retrato na capa, e outras forças como a

[...] do querer, animando a nossa fraqueza, nos prepara uma energia para lutar, para proseguir, para agir, afim de que tambem a mulher cuiabana deixe marcada em pról do engrandecimento desta patria de quem temos a felicidade de ser filhos, uma parcella, minima embora, de trabalho productivo e honroso. É honroso sim, caras consocias, nobres patricias, esta lucta a que vos tendes atirado si, della resultar a união da família mattogrossense, o cultivo intellectual da mulher que é ou será mãe, - o pedestal da sociedade (*A VIOLETA*, n.43B, 1918, p.3).

A mulher-mãe permaneceu como a referência fundamental para as gremistas e algumas mulheres nas primeiras décadas do século XX, apesar da inserção no mercado de trabalho e da definição de outras “missões” para o Grêmio, após dezoito anos em atividade, mas, para Arinapi, a mulher ainda tinha “deveres” e características próprias do “sexo”.

Para Dimpina, a “elevação” ou o “engrandecimento” das mulheres não prejudicaria a “missão” feminina determinada pelas características biológicas do seu “sexo” ou ainda de uma “essência”. Em 1920, Arinapi considerava a revista “[...] o echo que leva os nossos desejos de progresso femenino, em prol da Patria Mattogrossense e da Familia Cuiabana, aos outros pontos de Norte e Sul da União Brasileira” (*A Violeta*, n.76, 1920, p.2). E finaliza a crônica da edição especial n.76, de 25 de dezembro de 1920 reiterando o compromisso da agremiação

[...] perante o alto sacrosanto da Patria e da Familia juremos de novo que redobramos nossos esforços para que o Gremio sempre floresça com ideias nobres de progresso que não tira à mulher o encanto de ser a “rainha do lar” mas que lhe orna o espirito do brilho das virtudes necessarias a uma boa filha, affectuosa irmã, dedicada esposa e mãe intelligente (A *VIOLETA*, n.76, 1920, p.3).

Em relação ao “feminismo”, a cronista declarava não ser:

[...] adepta intransigente de um feminismo amasculinado, que vive às tontas depois de gerado em cerebros inconscientes. Como sempre as ideias que nascem encontram duas correntes antagonicas: uma, a daquelles que sabem que estão aptos para comprehendel-a; e a outra, a dos que, sem interpretal-as devidamente, pregam nas aos tortos e aos direitos, desvirtuadas e despidas de seus fins primordiales. E o feminismo não escapou, como as outras, dessas duas correntes antagonicas (A *VIOLETA*, n.202, 1932, p.2).

Para a autora, uma das correntes do feminismo seria a “masculinização” das mulheres ao utilizar trajes e gestos “[...] e ainda mais tomar para si os direitos e deveres dos homens e deixar os seus, não sei porque e para quem...” (A *Violeta*, n.202, 1932, p.2). Arinapi considerava este pensamento uma interpretação inadequada do feminismo já que a mulher passaria a votar, mas os homens não teriam que fazer os “serviços” realizados pelas donas de casa. Esta associação entre a masculinização das mulheres com a luta por direitos políticos e sociais, de acordo com Arinapi, era um dos fatores que contribuía para a má compreensão do feminismo e suas causas.

Para a psiquiatra francesa e feminista, Madeleine Pelletier, se vestir com trajes masculinos não era uma interpretação inadequada do “feminismo”, mas outra, diferente. A historiadora americana Joan Scott (2005) afirma que para Pelletier,

[...] não ser uma mulher significava [...], ser um homem, ‘socialmente’. E isso significava vestir-se como um homem a fim de indicar sua intenção de ser igual. Mas, na prática, isto nem sempre funcionava tão bem porque havia contradições que não podiam ser eliminadas (SCOTT, 2005, p.27).

O “feminismo” de Pelletier se distinguia do “feminismo” das gremistas porque a francesa considerava fundamental o distanciamento “[...] das considerações vagas sobre o valor social da mãe e da dona-de-casa, sobre o paralelo entre as virtudes femininas e os vícios masculinos” (Scott, 2005, p.46). Mas se aproximavam em dois pontos: quando a francesa afirmava não eram “[...] as inimigas dos homens, queremos igualdade, e isso é tudo. Uma questão prima sobre todas as outras, o direito ao voto, é para ele que se deve orientar a ação feminista” (Scott, 2005, p.46).

Enquanto alguns homens ignoravam a inserção das mulheres nos partidos políticos, Arinapi comemorava na crônica da edição especial n.212, de 25 de dezembro de 1933, a eleição de Carlota Pereira de Queiroz para o Congresso brasileiro, “[...] a primeira representante do sexo fragil que conseguiu alcançar tão alta investidura” (*A Violeta*, n.212, 1933, p.1). Carlota participaria ainda das discussões para a elaboração da Constituição de 1934, considerada por Arinapi como “[...] a arvore bemfazeja que distribue os fructos que saciam, a sombra que ampara o viajor que passa, exausto, no caminho da vida” (*A Violeta*, n.212, 1933, p.2).

Arinapi acreditava que a Constituição resolveria “[...] os destinos de milhões de habitantes que são os brasileiros do Amasonas ao Prata”, e fez um alerta as “companheiras do Grêmio Júlia Lopes”, “[...] que sois as representantes legitimas da mulher cuiabana: prepara-e-vos para, também vós contribuirdes para o soerguimento da Patria” (*A Violeta*, n.212, 1933, p.2). E finaliza a crônica pedindo para que as gremistas não abdicuem do “[...] dever que é vosso desde quando, em condições muito menos necessarias para a Patria que as de hoje, fundastes em 1916 o nosso Gremio para o engrandecimento da moral da nossa extremecida terra” (*A Violeta*, n.212, 1933, p.3).

Considerações finais

Os fragmentos nos jornais se tornam “lugares de memórias” como diria Pierre Nora, onde, de maneira consciente, algumas dimensões de si são apresentadas por Maria Dimpina. Assim como o arcebispo Dom Orlando Chaves selecionou alguns aspectos considerados relevantes por ele sobre a vida da cuiabana, após a sua morte, utilizou-se, neste artigo, outras ferramentas que permitem localizar em sua escrita dimensões de uma vida que não cabem em uma página de jornal.

Longe de praticar uma heroicização da personagem, procurou-se compreender como ela transitou nas esferas privadas e públicas, e construiu uma imagem de si mesma ao longo dos seus 75 anos, um dever externado por meio de sua atuação na imprensa. Durante quase cinco décadas escrevendo para a revista *A Violeta* e outros periódicos, é possível perceber a atitude vanguardista de uma mulher que vivia em um local considerado “longe”, tanto em relação à distância de Cuiabá a outras capitais quanto do “progresso” cultural ou intelectual, considerado “atrasado”.

Por meio de seus artigos, cartas, crônicas e “microlutas” inaugurou novas formas de sociabilidade, de fazer jornalismo e literatura, e ressignificou as “possibilidades” para as mulheres na esfera pública, principalmente, sendo elas feministas ou não. Discutiu e questionou publicamente o “status” da “mulher” nas páginas da revista *A Violeta* e fora delas e se tornou sujeito de uma “história”. Maria Dimpina era uma mulher plural, que não tinha (ou não deveria ter) caminhos traçados, marcados no chão, apagou alguns pré-definidos, e desenhou outros.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil - 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

CHALLHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. In: Chalhoub, Sidney et al. (Org.). **História em cousas miúdas**. Capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. - São Paulo: Ed. 54, 1997.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: e a profissão de jornalista**. 9ª Ed. São Paulo: Summus, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos & Escritos, IV. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla (Org). **Fontes Históricas**. 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2010.

NADAF, Yasmin Jamil. **Sob o signo de uma flor**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

REIS, José Carlos. História e verdade: posições In: **História & Teoria**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

A **CRUZ**. Cuiabá, número 2.784, 1966, p.1. Edição consultada na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (RJ).

A **VIOLETA**. Cuiabá, número 1, 1916, p.2 e 7. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 17, 1917, p.17. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 18, 1917, p.5 e 6. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 31, 1918, p.1, 2 e 4. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 43B, 1918, p.3 e 7. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 49, 1919, p.12 e 15. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 50, 1919, p.9. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 59, 1919, p.6. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 62, 1919, p.5. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 76, 1920, p.2 e 3. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 130, 1925, p.4 e 5. Edição consultada no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT).

_____ Cuiabá, número 165, 1929, p.1. Edição consultada em microfilme na Fundação Biblioteca Nacional (RJ) e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT).

_____ Cuiabá, número 167, 1929, p.2. Edição consultada em microfilme na Fundação Biblioteca Nacional (RJ) e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT).

_____ Cuiabá, número 202, 1932, p.2. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.

_____ Cuiabá, número 212, 1933, p.1, 2 e 3. Edição consultada no Acervo Particular de Yasmin Nadaf.